

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.455 - SP (2019/0297909-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**LIGIA MAFEI GUIDI - SP287553**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : V A S DE S (INTERNADO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

O paciente acoima de ilegal acórdão proferido pelo Tribunal *a quo* na Apelação n. 0013574-21.2018.8.26.0015, ocasião em que **foi mantida a imposição da medida socioeducativa de semiliberdade, pela prática de ato infracional análogo ao tráfico de drogas.**

A defesa busca a imposição de medida socioeducativa em meio aberto ao adolescente, aos argumentos de ser o menor primário, haver ele respondido todo o processo socioeducativo em liberdade, e de haver sido o ato infracional cometido sem violência ou grave ameaça.

### **Indefiro o pedido liminar.**

Depreende-se dos autos que o Juízo singular, ao aplicar a medida socioeducativa de semiliberdade, destacou que o representado "possui antecedentes ruins, pois em janeiro de 2019 **recebeu medida socioeducativa de liberdade assistida com prestação de serviços à comunidade pela prática de ato infracional idêntico** ao aqui tratado praticado em agosto de 2018 e a despeito de não poder ser considerado reincidente, inegável que seus antecedentes não lhe são favoráveis" (fl. 48, grifei), circunstâncias que, *a priori*, autorizam a imposição de medida mais gravosa que a liberdade assistida, dada a aparente reiteração de conduta semelhante, pela prática de crime grave.

A esse respeito:

[...]

3. Considerando a gravidade do ato infracional, bem como a **expressa referência na sentença à quantidade de droga apreendida**, tratando-se de 689 pinos de cocaína com peso de 206 gramas, **além da existência de**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**outras anotações na FAC da paciente, em que pese ser tecnicamente primária, deve ser aplicada a medida de semiliberdade, com fulcro no art. 112, inciso V, c/c art. 120, ambos da Lei n. 8.069/90.**

4. Habeas corpus concedido, para determinar a inserção da menor S DE J V na medida socioeducativa de semiliberdade (HC n. 439.325/SP, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 23/5/2018, destaquei).

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – a quem se encarece o envio da folha de registros infracionais do adolescente, com as datas de trânsito em julgado das medidas eventualmente impostas – que devem ser enviadas via malote digital.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**